

**SOBRE ESTILO E ESCRITA DA HISTÓRIA NA *CORRESPONDÊNCIA*
ATIVA DE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1839-1877)**

**ON STYLE AND WRITING OF HISTORY IN THE *ACTIVE*
CORRESPONDENCE OF FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
(1839-1877)**

Ana Priscila de Sousa SÁ*

RESUMO: Analisar correspondências pessoais auxilia a investigação proposta neste trabalho: oferecer alguns apontamentos sobre o estilo e a escrita da história em Francisco Adolfo de Varnhagen. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Varnhagen pensou sua produção nos moldes de uma história científica, pautada na busca da verdade dos fatos e na imparcialidade no trato com as fontes. A principal fonte é, portanto, a *Correspondência ativa* do autor, cartas dirigidas a amigos, membros do IHGB e ao Imperador D. Pedro II, coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa.

PALAVRAS-CHAVE: Varnhagen; História; Estilo.

ABSTRACT: Analyzing personal correspondences assists the proposed research in this paper: offer some notes on the style and writing of the history in Francisco Adolfo de Varnhagen. Member of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), Varnhagen thought his production according to scientific history, based on the search for truth of facts and impartiality when dealing with sources. The main source is, therefore, the *active Correspondence* of the author, letters addressed to friends, members of the IHGB and the Emperor D. Pedro II, collected and copied by Clado Ribeiro de Lessa.

KEYWORDS: Varnhagen; History; Style.

Introdução

A exploração de correspondências pessoais é importante não porque representa um conhecimento “mais verdadeiro”, e sim por permitir uma compreensão das relações estabelecidas entre as representações subjetivas do agente em questão (no caso, o titular do arquivo) e a memória que se construiu sobre ele (VENANCIO, 2001, p. 27). Pensando pelo prisma da organização de tais arquivos, pode-se dizer que o arquivo de Varnhagen guarda, ao mesmo tempo, sua leitura/escrita de si próprio e as múltiplas leituras e escrituras de quem o organizou, que procedeu no recolhimento das cartas, na escolha das que seriam publicadas, em sua disposição obedecendo a critérios como

* Mestranda em História Social na UFMA. Bolsista CAPES. E-mail: priscilareds@hotmail.com

cronologia ou destinatário comum, etc. Optei por não efetuar uma classificação dos tipos de correspondência, mas utilizá-las conforme exponham os aspectos que interessem ao que quero elucidar neste artigo: a questão do estilo e da escrita da história na *Correspondência ativa* de Varnhagen.

Analisar a relação epistolar permite observar a rede de relações de seu titular (VENANCIO, 2001, p. 32). No caso aqui proposto, Varnhagen mandava livros seus ou de outros autores para amigos, pedia ajuda para correções de provas de suas obras e títulos mais adequados para elas, pedia livros emprestados e emprestava livros, do que já se depreende que ele passava a imagem de um intelectual, amante dos estudos.

Nas missivas pode ser encontrado o Varnhagen que contou das viagens e dos novos documentos que encontrou para sua *História Geral do Brasil* (1854, 1857, 1877). O Varnhagen polígrafo, que escreveu sobre administração pública, teatro, línguas indígenas, relato de viagem e até propaganda de exportação de erva-mate brasileira para a Europa. Mas, principalmente, pode-se encontrar o Varnhagen historiador que falava a respeito do que entendia por história e o ofício daquele.

Estilo e escrita da história em Varnhagen

Como um historiador comprometido com a história nacional e que dizia escrever tudo de forma conscienciosa, Varnhagen foi ferrenho defensor de suas obras. No Necrológio do Visconde de Porto Seguro (1878), Capistrano de Abreu afirmou, por exemplo, que para defender seus escritos Varnhagen mataria “moscas a pedradas”, e que na polêmica travada com João Francisco Lisboa, em que talvez tivesse razão, “teve a habilidade de por todo o odioso de seu lado”, pois não sabia tocar sem ferir (ABREU, 1931, p. 135). Essas observações do historiador cearense ajudam a pensar qual era o estilo varnhageniano de se comportar com relação ao seu ofício, o que lembra a famosa máxima do Conde de Buffon segundo a qual “o estilo é o próprio homem” (BUFFON, 2011, p. 11).

O aforismo proferido por Buffon quando de sua recepção na Academia Francesa, em 25 de agosto de 1753, precisa ser lido com cautela. No entanto, homem e estilo estão ligados. Em sua acepção escrita, o estilo permite algumas formas correlatas de expressão, como o estilo emocional do historiador, espelhado na pontuação, nos adjetivos preferidos, na escolha dos episódios ilustrativos, nas tônicas e epigramas. Há também o estilo profissional, refletido no tipo de material escolhido e na forma de usá-lo, e o estilo de pensar, seus postulados mais básicos sobre a natureza do mundo. Para

Peter Gay, esses estilos, no conjunto, compunham uma rede de indícios que apontam uns para os outros e, somados, para o homem, o historiador em atividade (GAY, 1990, p. 24).

Ao proclamar que o estilo revela o homem, Buffon insinuou que o grande escritor era aquele que trazia as marcas indeléveis de uma formação aprimorada (OLIVEIRA, 2007, p. 85). Para além de uma compreensão do estilo como expressão da individualidade, deslindar o estilo de um escritor seria nele encontrar impresso as marcas que o distinguiam e o faziam partícipe de um seletivo grupo intelectual. Ter estilo era compartilhar formulações consagradas que construiriam um homem de estilo, assim, a proposta de Gay, inspirado no epigrama de Buffon, era defender que o estudo do estilo possui um valor diagnóstico ao oferecer pistas para entender quem escreve, de onde escreve. Ainda de acordo com Peter Gay, é um teste rigoroso observar o estilo cognitivo de um historiador que é, a um só tempo, estudioso, homem de letras e famoso partidário (GAY, 1990, p. 181).

Varnhagen se envolveu no discurso político de seu tempo, sua obra historiográfica é, igualmente, uma obra política, além da atuação na diplomaciaⁱ. Há que se dizer que, como os “pais fundadores” do IHGB, fez parte do grupo que defendeu a monarquia constitucional como a única saída política para o Brasil.

No caso de Varnhagen, a escrita da história e aspectos da vida pessoal estavam imbricados de modo orgânico. Se entre os estilos mais reveladores, está o estilo emocional (GAY, 1990, p. 22) do historiador, um aspecto importante a ser destacado sobre sua escrita é a questão de sua própria nacionalidade. Varnhagen foi ainda criança para Portugal e quando jovem serviu no Exército, sem permissão do governo brasileiro. Pela Constituição de 1824 tal situação de emprego num país estrangeiro sem licença do Imperador resultava na perda dos direitos de cidadão brasileiro. No final da década de 1830, com a intenção de retornar ao Brasil e, já por conta de suas relações em Portugal, com chances de um cargo no serviço público do Império, pediu licença do Exército português e veio ao Brasil no início de 1840, na tentativa de reaver a nacionalidade de sua pátria de nascimento, aproveitando uma lei que tramitava no Poder Legislativo que permitiria a repatriação de brasileiros residentes no exterior. Optou decididamente pela nacionalidade brasileira.

Gisele Almeida advogou que Varnhagen investiu em duas carreiras e duas nacionalidades, escolhendo a que lhe pareceu mais vantajosa, que poderia lhe facilitar o exercício da investigação histórica, sua aptidão desde moço, mas a autora concluiu pelo reconhecimento de que o trabalho desempenhado pelo historiador é mais importante que

a querela a respeito das motivações que o levou a escolher a nacionalidade brasileira, embora a reflexão sobre esse aspecto não seja insignificante (ALMEIDA, 2015, p. 49).

Querendo *ser americano e brasileiro*, como reiteradas vezes escreveu, ou não, fato é que Varnhagen não pediu logo demissão do posto em Portugal, apenas licença, estendida por todo o tempo em que permaneceu no Brasil (até a metade de 1841) e sua nomeação como adido da Legação imperial em Lisboa (19 de maio de 1842). Ele próprio informou sobre esse período num ofício de 1843 ao General Francisco José de Sousa Soares de Andréa. Numa espécie de autobiografia, fez esclarecimentos ao futuro Barão de Caçapava acerca dos estudos e serviços militares que prestou em Portugal, enfatizando que bem trabalhou pelo país europeu, mas só tinha vistas de servir no seu país de nascimento. Para tanto, passou-se ao Brasil sem de todo sacrificar sua segurança e posição social já conseguida, e em 19 de fevereiro de 1842 recebeu o ofício comunicando que teve seus direitos de cidadão brasileiro restituídos, só então pediu demissão do posto de 1º Tenente (VARNHAGEN, 1961, p. 99-100). Agora era brasileiro por nascimento e opção, tinha acesso a uma vasta documentação, a proteção imperial e o Instituto.

Destacar a questão da nacionalidade de Varnhagen em relação à sua obra pode parecer lugar-comum, mas seria um equívoco encará-la como um fato pouco merecedor de atenção. Se assim fosse, ele mesmo não teria se ocupado tanto em se apresentar, seja em obras, seja em cartas, como *um brasileiro* e não somente como Francisco Adolfo de Varnhagen. Uma rastreada simples em alguns títulos mostra uma busca por associação direta com o Brasil: o artigo *Sumé: lenda mito-religiosa* (1855), publicado na Revista O Panorama, saiu assinado por *um paulista de Sorocaba*, a *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871) foi escrita *pelo autor da História Geral do Brasil*. Na *Correspondência ativa*, a partir de 1872, quando assinou, passou a trazer o *B. de Porto Seguro*, depois de 1874, o *V. de Porto Seguro*, com algumas variações, e a lista de pseudônimos é longa.

A aproximação de sua pessoa com o Brasil e sua história ficou patente nas cartas, tanto que dedicou boa parte de sua vida a escrever a *História Geral do Brasil*. A propósito desta obra, seu primeiro volume saiu do prelo assinado apenas por *Um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba*, seu nome apareceu na dedicatória ao Imperador. Em carta ao Secretário da Real Academia de História de Madri, Pedro Sabau, informou seu desejo de declarar que o livro havia sido escrito por um sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (VARNHAGEN, 1961, p. 202). Também tratou dessa questão do anonimato com o Conselheiro José Maria Velho da

Silva e com D. Pedro II, afirmando não ser por temor da responsabilidade, mas por “outras miras de abnegação” que seriam apresentadas ao monarca (VARNHAGEN, 1961, p. 207).

A razão dessa escolha foi exposta numa carta de 5 de fevereiro de 1854 ao Imperador, quando falou da visita de parte da imperial família à Espanha. Escreveu com certo pesar que os parentes do monarca se surpreenderam ao perceber que ele não era estrangeiro, ou ao menos estrangeirado, não correspondendo a ideia que haviam formado sobre ele por causa do sobrenome. Com a omissão de seu nome a obra seria “apenas de *um brasileiro* ou do *Instituto H. do Brasil*, e, por conseguinte, *de todo o Brasil*” (VARNHAGEN, 1961, p. 213), assim, o mérito que coubesse à *História Geral* seria igualmente um mérito da jovem nação americana.

Talvez a maior demonstração de quanto *ser brasileiro* era importante tenha aparecido na carta de agradecimento pelo título de Barão de Porto Seguro. Fez o seguinte desabafo:

ainda que muitas vezes me incomodei vendo-me considerado aos olhos da Europa, - e especialmente da Alemanha, em virtude do meu apelido, como menos brasileiro [...] não pensava já agora separar-me, sem saudade nem estranheza, desse nome, que durante perto de quarenta anos procurei ilustrar e honrar, ilustrando-me e honrando-me; e confesso a V. M. I. que já não tinha esperança, nem aspiração, de o ver trocado por outro... Porém o mágico nome de Porto Seguro, tão querido para quem tinha levado esses quarenta anos sempre ocupado da região de Cabral, operou o prodígio (VARNHAGEN, 1961, p. 371).

A *graça espontânea* do Imperador que Varnhagen aguardou até os 56 anos de idade, finalmente foi concedida. Mas o grande interesse neste trecho está na confissão do historiador do quanto o incomodava o fato de que ser o *Sr. Varnhagen*, um sobrenome alemão, sempre equacionava com a ideia de que era *menos brasileiro*, o que o levou até a pedir para não continuar servindo diplomaticamente em países de língua alemã (no que, mais uma vez, não foi atendido, morreu na Áustria). Por outro lado, o nome do título de honra foi o melhor possível para o gosto de Varnhagen: *Porto Seguro*ⁱⁱ. A aprovação pelo nome escolhido por D. Pedro II foi registrada novamente na dedicatória da segunda edição do Tomo I da *História Geral* (1877), onde identificou Porto Seguro, na Bahia, como o ponto de partida da história da civilização do Brasil (VARNHAGEN, 1877, s/p). Todavia, até esse grande reconhecimento, teve que suportar o que chamava de *indiferença oficial* do IHGB e só podia se valer do Imperador para isso.

O estudo dos estilos mostra as limitações de cada historiador. Os fatos não são neutros, e cada historiador quer poder influir um pouco no presente; por isso suas indagações estão voltadas para alguma finalidade concreta. Mas, não há nada que impeça o historiador de escrever uma narrativa agradável, menos árida, desde que verdadeira. Diferentemente da ficção, a história tem esse compromisso. O autor, portanto, une arte e ciência na história: “o estilo é a arte da ciência do historiador” (OLIVEIRA, 2007, p. 196). Nesse sentido, estilo e verdade histórica são não apenas compatíveis, mas ainda interdependentes.

Numa missiva não datada ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, mencionou seu plano de escrever uma “conveniente História da Civilização do Brasil” utilizando o “novo método de escrever a história” (VARNHAGEN, 1961, p. 92). Não explicou que *novo método* era esse, mas a partir de comentários em outras cartas é possível reconstituir o caminho que percorria para escrever suas obras, e o ponto de partida era o arquivo.

Desde sua admissão no início de 1840 como sócio correspondente do recém-criado IHGB (1838) e sua nomeação para a Legação em Portugal, pesquisou na Torre do Tombo e outros arquivos e bibliotecas de Portugal, Espanha, Holanda, França e outros países da Europa, onde dizia dedicar suas horas vagas ao estudo da história e geografia do Brasil. Em uma carta de 1843, escreveu que na Torre do Tombo lhe aparecia tanta coisa que não fazia mais que copiar e andar para diante, e que em algum tempo cuidaria de organizar todos os documentos, passando para a escrita do trabalho. Antes de enviar a documentação solta para o Instituto, preferia “uni-los e combiná-los em doutrinas que façam tal ou tal corpo” (VARNHAGEN, 1961, p. 103). Ou seja, procurava primeiro dar uma coerência lógica à documentação encontrada, até como forma de servir melhor à organização do arquivo do IHGB, que estava sendo formado naquele momento pelo trabalho de cópia de originais como o realizado por Varnhagen, além de ser esse o material publicado na Revista Trimensal do Instituto.

Para a redação do trabalho, preocupava-se com questões que considerava fundamentais para o historiador: a clareza de estilo, a imparcialidade e a verdade do acontecido. Mais uma vez escrevendo ao amigo Cunha Barbosa, defendeu que:

a história com o seu aspecto sisudo superior a todas as simpatias deve recebê-lo como prova ao julgamento no seu tribunal de justiça, e é ela reta no lavrar da sentença, embora com esta se vá deserdar de belas propriedades com que se enriquecia, e que até aí julgava serem-lhe de direito pertencentes (VARNHAGEN, 1961, p. 126).

A história tinha, para ele, de ser escrita em estilo claro, sem os embelezamentos de linguagem que, na pior das hipóteses, poderiam prejudicar o entendimento, por isso revisava, corrigia e atualizava seus escritos. A história deveria ser *reta no lavrar da sentença*, mas só um historiador imparcial, que não se deixava levar por sentimentalismos, poderia desempenhar essa função adequadamente, pois, obedecendo as regras da pesquisa rigorosa e da crítica cuidadosa dos documentos, chegar-se-ia à história que combinava conveniência com verdade. Varnhagen não se cansou de discutir temas como a elegância textual, a composição segundo as conveniências de gênero, a preocupação em convencer e conquistar o leitor para o campo defendido e a recomendação de que se estudassem os clássicos, que chamou de *abc da arte*.

Para não se escrever uma *péssima* história, recomendava evitar o desalinho da linguagem, a incorreção que deixasse a frase confusa e os ornatos *pretenciosos* que tornavam o estilo desagradável. No seu entender, na narração histórica cumpria ser correto, puro, harmônico e tão elegante quanto pudesse, sem cair na afetação, já que todo escrito histórico dependeria de narração. A falta de descrição poética de paragens encantadoras e ações belas, por exemplo, seria inconveniente à própria verdade. No entanto, completava afirmando que um poeta de *profissão* não poderia ter todos os *dotes* de historiador, porque a erudição histórica que tem de colher e a dedicação aos áridos estudos de política e legislação não se coadunariam com a *impaciência* dos grandes gênios criadores (VARNHAGEN, 2011, p. 191-192).

Sobre a redação da *História Geral* notificou que:

acerca do estilo não daremos muitas explicações; porque talvez nem acertássemos a nos fazer ouvir, quanto mais a entender. Apesar da grave sentença de Buffon, temos persuasão de que, como tudo quanto é humano, o estilo depende muitas vezes das disposições do ânimo, originadas de causas que nem sempre está em nós remover. – Demais: no primeiro volume desta obra, principalmente, capítulo há escrito com diferença de cinco ou seis anos do que lhe está vizinho; segundo nol-o permitiam as ocasiões de que então dispunhamos, para ir pondo em ordem, e tirando do caos, os apontamentos que tínhamos, e que até certo ponto nos escravizavam a pena. [...] A linguagem estudamos que saísse castiça e de boa lei (VARNHAGEN, 1857, p. XI-XII).

Varnhagen não citou a frase de Buffon, mas certamente fazia referência ao aforismo o estilo é o homem. As colocações deste trecho apontam para as lições sobre estilo apresentadas por Buffon no Discurso de 1753, segundo as quais não haveria nada de mais antagônico ao belo natural do que o esforço em exprimir coisas ordinárias ou comuns de um modo pomposo. Para bem escrever, importava dominar plenamente o tema e refletir sobre ele “para divisar com clareza a ordem dos seus pensamentos e deles elaborar uma sequência, uma cadeia contínua, em que cada ponto representa uma ideia”,

assim estaria assegurada a unidade, tornando o texto “preciso e simples, igual e claro, vivo e contínuo” (BUFFON, 2011, p. 9-10). Varnhagen entendia que era necessária uma escrita elegante, sem excessos de enfeites para fugir do realmente importante, por isso encarava a história como ramo da *crítica* e não da *eloquência*. Por outro lado, reconhecia que as distâncias da escrita entre uma seção e outra atrapalhavam a unidade do estilo. O *apesar*, aparentemente, expunha uma angústia: dada essa distância, foi impossível não variar o *estilo* da redação, o que resultou em *repetições, falta de clareza*, isto é, atrapalhou o pleno controle sobre o texto.

Varnhagen não escarneia da *grave sentença* de Buffon mas, como é taxativo em sua explanação, o estilo depende muitas vezes das *disposições do ânimo*. Um exercício rápido permite observar essa colocação: enquanto na *Crônica do descobrimento do Brasil* (1840), destacou a elegância do texto de Pero Vaz de Caminha, em 1854, o cronista do “Descobrimento” era um ingênuo (VARNHAGEN, 1854, p. 14). Neste caso, a diferença estava em que seu *ânimo* passou de uma visão romântica sobre os índios, inspirada na Carta de Caminha, para uma visão detratadora destes, como uma *raça degenerada e canibal*. As preocupações com o estilo também apareceram em trechos da *Correspondência ativa*, como nesta missiva a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara:

fala-me V. S^a. no seu trabalho acerca de clássicos portugueses. Nasceu-me o desejo de saber em que sentido era, porque eu tinha sobre isso já escrito alguma coisa em estilo meu romântico à Walter Scott; – e creio que em gênero didático e desta natureza ofereceria novidade. Passei a esta lembrança depois de ter premeditado diálogos, que também para o meu fim seria bom estilo. Penso porém que o trabalho de V. S^a. será mais elevado e sério (VARNHAGEN, 1961, p. 31).

O escrito a que se refere é a *Crônica do descobrimento do Brasil*. Publicada entre 18 de janeiro e 28 de março de 1840 no Jornal O Panorama, a *Crônica* relatava, de forma romanceada, a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral nas terras que seriam denominadas de Brasil, com destaque para a Carta de Caminha, escrivão oficial da esquadra, ao rei de Portugal. A narrativa combinava episódios reais e personagens referenciais como Caminha e Cabral, com personagens ficcionais e cenas inventadas, como a índia Ypeca.

Em *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil* (1852), afirmou que “no século atual ninguém poderá alcançar este título, sem que a um tempo seja erudito no Assumpto, filósofo, literato, e até diremos às vezes, poeta” (VARNHAGEN, 2011, p. 191). A *erudição* como preceito fundamental tinha a ver com a construção documentada do trabalho, o levantamento e averiguação dos fatos colhidos nas fontes mais *puras*, assim a história não seria entendida como *novela* ou *romance*,

preocupação revelada principalmente no tocante à recepção estrangeira. É possível encontrar na *Correspondência ativa* passagens em que explicou melhor como se conseguia ter *erudição na matéria*, como nessa carta ao Primeiro-secretário do IHGB Cunha Barbosa:

por ora ainda me acho no primeiro século, graças à riqueza dos documentos que cada dia vou achando na Torre do Tombo, e de que por ora não me ocupo de tirar cópias, porém só apontamentos. Na minha Memória intitulada – As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil – se encontram já muitos fatos históricos, que pela primeira vez aparecem conhecidos. [...] Porém, ainda que as minhas averiguações hoje sejam relativas às épocas mais remotas, não me descuido de diligenciar e obter cópias do que é importante ainda mais moderno (VARNHAGEN, 1961, p. 62).

O trabalho do autor passava por momentos como o da feitura de apontamentos e cópias, destacando também o interesse por documentos de épocas mais recentes. Um documento novo era garantia de fatos ainda não investigados que serviriam para preencher lacunas e esclarecer pontos obscuros da história. Era da competência do historiador moderno realizar o trabalho de pesquisa documental e ratificação de seu texto com a citação, a prova do trabalho fundamentado e validado na documentação.

Preferia não repetir o que por ventura já havia anotado em algum trabalho anterior, aparentemente considerava suficiente que o leitor fizesse a leitura de ambos e, dessa maneira, eliminasse a necessidade das informações já conhecidas. Em outra chave, poderia esperar que o leitor acreditasse em sua palavra, já que se garantia amparado nas fontes. A erudição não era para ser *ostentada*, mas um atributo que confirmava o esforço aturado do pesquisador.

Segundo Alice Canabrava, as “circunstâncias felizes” de sua atividade diplomática possibilitaram uma longa permanência em países europeus, perto dos arquivos, abastecendo sua história de material não conhecido até aquele momento, sobretudo relativo ao século XVI (CANABRAVA, 1971, p. 418).

Continuando com a afirmativa do autor, o historiador tinha de ser *filósofo*, porque:

se não tem muito discernimento crítico (para o qual se necessita luzes gerais dos conhecimentos humanos), se é elevado pela paixão, máxime por impulsos menos nobres do ódio, ou de despeito, ou de vingança, se não é dotado de independência de caráter, se não professa sãs máximas de política e de ciências do governo, aplicáveis ao seu país, a sua obra será apenas uma crônica, mais ou menos bem escrita (VARNHAGEN, 2011, p. 191).

Varnhagen não pretendeu desenvolver uma filosofia da história, tanto que criticou os historiadores que *fabricavam* a história em suas *cabeças*. Poderia dizer com

Theodor Mommsen que a história era o conhecimento nítido de acontecimentos efetivos, estabelecidos pela descoberta e análise dos testemunhos sobre eles disponíveis e, posteriormente, pela conexão entre eles. A primeira parte seria a pesquisa histórica e de fontes, a segunda consistia na escrita pragmática da história (MOMMSEN, 2015, p. 117).

A confecção e a leitura dessa história conformariam as expectativas sobre as condições políticas, servindo como diagnóstico e dispondo de prognósticos para a nação, determinando a construção da narrativa (SILVA, 2006, p. 122). Diante desse quadro, como seria preservada a objetividade levando em conta as demandas políticas? A resposta do historiador: a defesa do interesse nacional permitiria. Interesse nacional que era definido por quem ocupava posições de poder, seja pela política partidária e/ou das letras.

Perante o *tribunal* da história, o historiador era o juiz, por isso aquela era:

testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação à qual [...] deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas cometidas no passado, a fim de poupar gerações futuras o cair nos que já custaram tristes experiências a outros (VARNHAGEN, 2011, p. 191).

Varnhagen assumiu o papel de juiz do tribunal histórico, distribuindo elogios e punições. O historiador consciencioso escreveria uma história própria a estimular as boas ações, narrando os feitos e recompondo, numa linha única, a formação da unidade da nação desde o início da colonização. O alicerce da construção histórica estava nos eventos fidedignos, mas a apreciação repousava no juízo moral, que deveria sentenciar e premiar imparcialmente, independentemente de quem fosse. A presença da função judicativa da história aponta para uma disputa/convívio das formas antiga e moderna do conceito de história, observada no IHGB.

Em 1877, enunciou:

cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquência; e que perante o tribunal dela, o historiógrafo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os fatos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério, deve, feito o seu alegado com o possível laconismo, sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça (VARNHAGEN, 1877, p. XII).

Varnhagen foi um historiador crítico na medida em que examinou os fatos sob o ponto de vista da autenticidade, integridade e credibilidade. No entanto, pesou desde cedo sobre ele a acusação de que teria se limitado a construir uma narração reunindo dados autênticos sem interpretação, portanto, um crítico, mas não intérprete. Para José

Honório Rodrigues, algumas vezes ele foi incapaz de interpretar por insuficiência filosófica e teórica (RODRIGUES, 1978, p. 309).

Conforme João Ribeiro, para “fazer história”, entre outras coisas, eram indispensáveis as qualidades literárias, o senso crítico e a arte de bem escrever. Em sua opinião,

os nossos historiadores, e Varnhagen é um exemplo modelar, confundem a historiografia e a história, e fazem da vida uma função de arquivos e cartórios. Este seco e árido materialismo dos papéis velhos embota a imaginação e, armando aos papalvos, com seu cemitério de almas penadas, impede a comunicação com os vivos. É verdade que os ossos ficam e são por isso mais acessíveis; todavia, o passado não pode ser composto de esqueletos. Há de ser vida ou coisa nenhuma (Apud GONTIJO, 2005, p. 175).

Quem fez avaliação semelhante foi Capistrano de Abreu no Necrológio de 1878, quando ponderou que era preciso ver as qualidades de Varnhagen por baixo dos defeitos, pois lhe faltava “espírito plástico e simpático” (ABREU, 1931, p. 138), o que equivalia ao cemitério de almas penadas de que falou Ribeiro. Ao que indica os pareceres de Rodrigues, Ribeiro e Abreu, Varnhagen foi mal sucedido em três aspectos que enxergava como basilares na escrita da história.

O último *dote* prescrito em *Como se deve entender...* foi o de que o historiador deveria ser *literato* ou mesmo *poeta*. Entenda-se bem o significado disso: seria exigido algum gênio poético, mas não para improvisar. Ser um historiador-poeta significava cuidar de sua construção textual. Como escreveu certa vez ao amigo Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, “o que se quer é história verdadeira, mas com certo colorido que agrade” (VARNHAGEN, 1961, p. 46).

Essa tensão entre objetividade e subjetividade da produção histórica apareceu em uma conferência de Wilhelm von Humboldt. Humboldt asseverou que a tarefa do historiador consiste na exposição do acontecimento, a primeira e inevitável exigência do seu trabalho e o que se pode pretender de mais elevado. Porém, em seguida declarou que a verdade do acontecimento se baseava na “complementação” a ser realizada pelo historiador, o que chamou de “parte invisível do fato”. Desse modo, o historiador também era autônomo e até criativo, pois precisava “compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos” (HUMBOLDT, 2010, p. 83).

Atentando para as colocações de Humboldt, é concebível que na história da história do Brasil imperial, à objetividade científica correspondia, ainda, algo de “imaginação histórica”, o que ajuda a explicar a razão de um defensor da história como *tribunal* da verdade, como Varnhagen, fazer tal prescrição.

No conjunto, os preceitos de Varnhagen também encontram as colocações de Leopold von Ranke quando este afirmou que a história enquanto ciência se aproximava da filosofia e enquanto arte, da poesia. A diferença estava no fato de que filosofia e poesia, de maneira análoga, se movimentam no plano das ideias, enquanto a história não tem como prescindir do pano real. Para Ranke, esta precisava ser ciência e arte ao mesmo tempo, entendendo-se que a própria existência da arte atesta sua validade, já a ciência, bem como seus conceitos, tem de ser estudados em profundidade e ser clara (RANKE, 2015, p. 202-203).

A leitura histórica compartilhada por Varnhagen e pelos membros do Instituto revelavam, então, as indefinições entre a moderna narrativa, científica, neutra e objetiva, e a narrativa literária, sujeita às injunções da subjetividade do autor, onde a questão não estava definida e o estilo permanecia um atributo importante (CEZAR, 2007, p. 163). Assim sendo, ajuda a questionar, ao menos para o caso do Brasil, a visão recorrente sobre o século XIX como o período da exclusiva cientificização e objetivação da história.

Em 1857, Varnhagen expôs:

[...] prometemos conservar fria imparcialidade no ‘exame’ da verdade dos factos, não sacrificando jamais ao interesse dramático a certeza de haver em eles sucedido deste ou daquele modo; pois de outra forma podia resultar dissonância na harmonia que entre si tem de guardar, uma vez que efetivamente sucederam; quando em história o critério da verdade só se define e se entende bem pela inversa, pelo erro. Longe estávamos porém com isso de significar que, em alguns casos como na descrição do Rio de Janeiro, por exemplo, não nos esforçaríamos para elevar, e até para empolar o estilo, a fim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem da terra [...] O que distingue principalmente, tratando assuntos históricos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser há de ter mais imaginação que fria crítica, comovido de certa maneira, cria e adapta tudo às suas inspirações; ao passo que aquele estuda primeiro o fato, apura-o por meio das provas que requerem o seu critério; e só depois sentencia com gravidade, transmitindo ao público a sentença e os seus porquês; e claro está que da mesma forma que os sentiu, se a pena lhe sabe obedecer, o que nem sempre sucede (VARNHAGEN, 1857, p. XII).

Aí estava o método do historiador, segundo o autor: iniciava examinando com *fria imparcialidade* a verdade dos fatos, apurados por meio das *provas* levantadas criteriosamente para, na sequência, transmitir a *sentença* ao público, de forma *imparcial* e *sisuda*. Não significava que o historiador não pudesse *empolar* o estilo, objetivando pintar com mais *verdade*, porém, reafirmava que o *verdadeiro* historiador julgava a partir da *fria* crítica dos fatos. Preocupava-se mais com a clareza das ideias e, não sendo um “artista da pena” (LESSA, 1954, p. 82-83), numa virtual batalha entre “os

defensores da beleza com verdade e os defensores da verdade sem beleza” (GAY, 1990, p. 169). Varnhagen propunha um equilíbrio, mas a balança tenderia para o segundo caso.

Embora não tenha citado diretamente, a colocação de Varnhagen se acercou muito da diferenciação entre historiador e poeta efetuada por Aristóteles na Poética, segundo a qual o primeiro relataria o que realmente aconteceu e o segundo o que poderia ter acontecido e que era possível dentro da probabilidade ou da necessidade. A poesia seria mais filosófica ao se ocupar mais do universal, ao passo que a história se restringiria ao particular. Varnhagen não citou o nome do filósofo de Estagira, mas tendo em abono o sabido conhecimento que possuía acerca de obras deste manifesto em outras ocasiões, é razoável supor que tivesse a definição de Aristóteles em perspectiva quando fez tal distinção (ARISTÓTELES, 2011, p. 54-55).

Quando possível, Varnhagen checava a informação *in loco*. Em viagem pelo interior de São Paulo, por exemplo, escreveu ao *Amigo Firme* Cunha Barbosa que era falsa a afirmação de Aires de Casal de que havia um padrão inscrito numa rocha na região de Cananéia (VARNHAGEN, 1961, p. 61). Foi um historiador convencido de que as viagens eram uma etapa importante e instrumentos de saber. Em carta ao Imperador, descreveu certo itinerário: dentre outras cidades, passou por Roterdã, Amsterdã, Utrecht, Berlim, Potsdam, Viena, Munique, Genebra, Lyon, Montpellier, Barcelona, completando que tudo isso se deu “rapidamente, já se vê, e só à força de atividade, e de considerar o viajar e o tempo, uma espécie de obrigação” (VARNHAGEN, 1961, p. 210).

No Prefácio da *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871), Varnhagen insistiu na opção pela exposição cronológica dos eventos, a escolha de escrever uma história geral e a função da história como *guia* para a nação, porém o aspecto mais chamativo foi a afirmação de que “a escola histórica a que pertencemos, é como já temos dito por vezes, estranha a essa demasiado sentimental, que, pretendendo comover muito, chega a afastar-se da própria verdade” (VARNHAGEN, 1871, p. XXV). De que *verdade* falava Varnhagen e qual *escola* era essa?

De acordo com a tendência de seu tempo, a verdade seria um esforço de reconstituição integral do fato passado, a partir de uma absoluta fidelidade ao acontecido, o que poderia implicar em desmentir os *mitos* e *heroísmos* e desagradar a *meia dúzia* de *apaixonados* parciais, algo em torno de uma história “como realmente aconteceu”. Para Arno Wehling, o autor pertenceu a uma geração influenciada pelo

movimento romântico, atribuindo maior importância à pesquisa documental, para realizar um trabalho mais consistente. Sua obra corresponderia ao historicismo romântico-erudito que os historiadores alemães denominaram historicismo, privilegiando a explicação hermenêutica em vez de busca de leis naturais, a investigação empírica em lugar de generalizações filosóficas e o domínio de técnica de análise documental, derivando, portanto, de uma fundamentação historicista e estatista (WEHLING, 1999, p. 132).

Estevão de Rezende Martins ressaltou que na historiografia de inspiração historicista as elaborações teóricas podem ser localizadas nas introduções, nos posfácios, nos resumos ou outros tipos de reflexão conclusiva nos quais os autores prestam contas ao leitor dos referenciais que orientaram sua pesquisa (MARTINS, 2008, p. 28). No caso de Varnhagen essa observação é muito válida, porque geralmente fazia essas apreciações nos prefácios, menos no corpo do trabalho.

O próprio autor confessou não ter seguido *servilmente* nenhum modelo para escolher os assuntos que trataria, assim, como ressaltou Temístocles Cezar, mais do que ligado a uma perspectiva historiográfica específica, Varnhagen compartilhou de uma série de noções da moderna historiografia oitocentista, como a valorização do documento original, a objetividade da narrativa e a imparcialidade do historiador (CEZAR, 2017, p. 161). Ainda que tenha tido contato com a “Escola Histórica” alemã ou a “escola” francesa, seus trabalhos adquiriram traços particulares, até por tratarem de um contexto singular, o brasileiro, em um universo teórico amplo cujo desenvolvimento se iniciava no Brasil recém-independente.

Tendo lido/citado textualmente ou não Ranke, Droysen ou outros contemporâneos, aproximou-se manifestamente deles. Droysen escreveu que “em nossa ciência, talvez o grande mérito da Escola Crítica, [...] dentro de uma perspectiva metodológica, seja o de ter inculcado a visão de que a comprovação das “fontes” [...] é o fundamento de nossos estudos” (DROYSEN, 2010, p. 41), Varnhagen frequentemente afirmou que seu trabalho estava amparado nas fontes mais *puras*, podendo ser comprovado por elas.

Ainda que falasse em imparcialidade, tinha dificuldade em respeitar a distinção entre sujeito e objeto da pesquisa. Ele mesmo reconhecia quão “espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a poucos anos não o será” (VARNHAGEN, 1961, p. 201), referindo-se ao período da Independência. Na *História Geral*, não conseguiu e nem fez questão de se ocultar no texto, alertando logo o leitor que era triste o historiador que não possuía

íntimas convicções relativas ao seu país, por isso faria ponderações quando julgasse preciso, corrigindo as opiniões erradas. A imparcialidade de Varnhagen poderia atender por outro nome: ponto de vista da nação.

O historiador *erudito, filósofo, literato*, e às vezes *poeta* do Brasil seria, então, o que conseguisse conferir uma unidade narrativa coerente com o discurso da unidade nacional, pintando as cores da nação jovem, já destinada a um futuro grandioso. Em Varnhagen, a verdadeira história do Brasil reduzir-se-ia à da colonização, civilização, organização e desenvolvimento do Estado brasileiro (VARNHAGEN, 2011, p. 193).

Varnhagen foi categórico: “a verdadeira nacionalidade brasileira de hoje nasceu antes da independência, já existia no Arraial de Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos Holandeses” (VARNHAGEN, 2011, p. 194-195). Seguiu com essa reflexão na *História Geral* e principalmente com a publicação da *História das lutas...*, onde poderia desenvolvê-la da forma mais apropriada possível: tratava do surgimento do sentimento de “ser brasileiro” durante essa guerra, falando justamente dela. A obra varnhageniana deu um relato fundador para um Brasil-nação no Brasil Império.

Considerações finais

Se deslindar o estilo equivale a deslindar o homem (GAY, 1990, p. 21), o testamento de Varnhagen pode ser elucidativo. O historiador escreveu:

eu Francisco Adolfo de Varnhagen, achando-me de boa saúde e em meu perfeito juízo, resolvi fazer o meu testamento pela forma seguinte: Sou Católico apostólico romano, filho legítimo de Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen e de D. Maria Flávia de Sá Magalhães, batizado em 19 de março de 1816 na freguesia de São João de Ipanema. Desejo que o meu corpo fique sepultado no lugar em que suceder o meu falecimento; mas disponho que, antes de decorridos dois anos depois de meu falecimento, no alto do morro de Araçoiaba, próximo do lugar em que nasci, se levante uma cruz tosca, quer de granito, quer de mármore preto (pedra de cal) das imediações, tão grande quanto seja possível, com uma pequena inscrição na base em que se declare que fiz dela voto ao Senhor, por me haver concedido nascer no Continente de Colombo, e na paragem em que meu Pai levantou um estabelecimento monumental (Apud JANKE, 2009, p. 24).

Em 1882 o monumento foi erguido nas terras da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, os restos mortais só depois de um século vieram do Chile, para onde tinham sido levados pela viúva Carmen Ovalle y Vicuña.

Todavia, uma contradição da vida do historiador merece ser sublinhada: vivendo sempre no exterior por conta de seu ofício diplomático, foi uma espécie de viajante. Ao longo da vida, lutou para ser reconhecido como *brasileiro*, depois como historiador e diplomata e, finalmente, para se tornar um nobre. Para Temístocles Cezar, esse conjunto de fatores demonstra que não foi um empreendimento pessoal totalmente bem-sucedido (CEZAR, 2007, p. 187). A exigência da construção do monumento expressaria também sua consciência de que não era muito popular em seu país. Seu medo era o de que sua memória não fosse preservada. Foi um homem do seu tempo, com interesses e preocupações que lhe cabiam.

Assim, ao exercício que se pretendeu fazer aqui, só se pode dar um final provisório. Se a verdade das cartas não pertence ao leitor, e talvez seja esse o maior aprendizado que um leitor de cartas pode ter, é possível que Francisco Adolfo de Varnhagen tenha criado, conscientemente ou não, um personagem monumental em suas cartas e obra em geral: o Varnhagen historiador da nação brasileira. Uma imagem que pode ser múltipla e que está presente na relação epistolar.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: _____. *Ensaios e Estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. “*Memória da administração pública*” de Francisco Adolfo de Varnhagen. Edição de texto. 312 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Edipro, 2011.

BUFFON, Georges-Louis Leclerc de. *Discurso sobre o estilo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011.

CANABRAVA, Alice Piffer. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Curitiba, jul. 1971

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007.

DROYSEN, Johann Gustav. Arte e método (1868). In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015.

GAY, Peter. Introdução: o estilo da maneira à matéria. In: _____. *O estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Conclusão: sobre o estilo na história. In: _____. *O estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015.

JANKE, Leandro Macedo. *Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Programa de pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 224, p. 109-315, jul./set. 1954.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAÚJO, Valdeci Lopes et. al. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MOMMSEN, Theodor. O ofício do historiador (Discurso de posse na Reitoria da Universidade de Berlim, 15 de outubro de 1874). In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das Belas Letras à História Nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854.

_____. Prefácio. In: _____. *Historia Geral do Brasil*. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. Prefácio. In: _____. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871.

_____. *História Geral do Brasil*. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877.

_____. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória). In: SOARES, Lucas Jannoni. *Entre a missão política e a ciência histórica: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa no Brasil (1854-1877)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2011.

VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Notas:

ⁱ Atuação de Varnhagen na diplomacia imperial. 1842-1847: Lisboa/Portugal; 1847-1858: Madri/Espanha; 1859: Paraguai; 1861-1863: Venezuela (cumulativamente com a representação na Colômbia e Equador); 1863-1867: Peru (cumulativamente com Chile e Equador); 1868-1878: Viena/Áustria.

ⁱⁱ Varnhagen foi feito Barão de Porto Seguro por decreto de 14 de agosto de 1872 e em 16 de maio de 1874 foi elevado a Visconde com grandeza do mesmo nome.

Artigo recebido em 15 de agosto de 2017 e aceito em 02 de outubro de 2018.